

# “DITADURA FARDADA”, NA VISÃO INSUSPEITA DA ESQUERDA MILITAR

João Ricardo Penteado  
Jornalista



*Os autores do livro **1964: o DNA da Conspiração** são oficiais do Exército. Legalistas e democratas, sentiram na pele a perseguição aos dissidentes do golpe militar. Jônathas Nunes foi reformado e soube pela **Voz do Brasil**. Sofreu espionagem e perseguições. Gastão Weyne, preso por tentar resistir ao golpe, passaria 80 dias no cárcere. Reintegrado em decorrência da Lei da Anistia, Jônathas é coronel da reserva, filiou-se a sucessivos partidos, elegeu-se deputado federal. Gastão, tenente-coronel da reserva, aposentou-se em 1992 como professor associado da Escola Politécnica da USP*

“Se o Brasil for perdido, não será outra Cuba, mas outra China, em nosso hemisfério ocidental”, escreveu certa vez o diplomata Lincoln Gordon, embaixador no Brasil entre 1961 e 1966, em um telegrama ao então presidente dos Estados Unidos John F. Kennedy. O teor da mensagem dá uma ideia do alarmismo reinante nos governos de países capitalistas no início da década de 1960. Era o auge da Guerra Fria e a zona de influência soviética já alcançava a América, após Fidel Castro declarar a adesão de Cuba ao socialismo. Por consequência, recrudescia no continente o sentimento anticomunista.

No Brasil não era diferente. Ganhava força entre setores conservadores nacionais uma paranoia que dava conta de que uma guerra revolucionária poderia estourar dentro do território a qualquer momento. Um dos campos férteis para este tipo de pensamento eram as Forças Armadas, em especial a sua alta cúpula. Não por acaso, coube aos militares executar o golpe de Estado de 1964, após uma série de “ensaios” ao longo da década de 1950 e início de 1960 (*vide p.*). Do golpe, tramado em cooperação com setores do empresariado e ostensivamente apoiado por Gordon e os Estados Unidos, nasceu a Ditadura Militar, que só terminaria em 1985.

Ainda que este fato histórico tenha confirmado a predominância, nas Forças Armadas, de uma mentalidade retrógrada, antidemocrática e anticomunista, é importante lembrar que havia setores da oficialidade que se opuseram ao golpe. O livro *1964: o DNA da Conspiração* (Editora Scortecci, 2012) tenta fazer essa clivagem. Seus autores: o tenente-coronel Gastão Rúbio

de Sá Weyne e o coronel Jônathas de Barros Nunes, ambos oficiais da reserva do Exército, ambos testemunhas do que se passava dentro da corporação à época da ruptura com a legalidade. Foram punidos por discordarem do golpe, Jônathas chegou a ser reformado (e depois reintegrado por decisão judicial), mas seguiram no Exército e, paralelamente, construíram carreiras acadêmicas. Jônathas tornou-se reitor da Universidade Estadual do Piauí. Gastão tornou-se professor da Escola Politécnica da USP e de instituições privadas.

A obra lista os nomes de 379 oficiais de variadas patentes, implicados na derrubada do governo João Goulart, e classificados no livro como conspiradores. Na visão talvez ingênua de Jônathas e Gastão, a maioria absoluta das Forças Armadas era legalista e, portanto, contrária ao golpe. O fato de os conspiradores estarem muito mais articulados e imbuídos de “mais determinação” é que teria permitido a tomada do poder. “O que houve em 1964 foi uma prova convincente de que, em uma rede social, vinte elementos [*sic*] organizados e bem posicionados podem tranquilamente aniquilar, neutralizar ou direcionar os movimentos, atitudes e decisões de outros duzentos”, assinalam.

Críticos ferrenhos do golpe militar, os autores fazem do livro um libelo contra aqueles que “pisotearam de forma cruel, sistemática e repugnante, o modelo de civilização ocidental e cristã no qual nossos avós os criaram, e submeteram o Brasil a 21 anos de Ditadura fardada”. A linguagem carregada de tom inflamado e adjetivos rebuscados é uma marca registrada da narrativa do livro, que

está dividido em duas partes.

A primeira parte da obra, intitulada “A mão do destino”, traz uma biografia dos autores, contando a infância no Nordeste (Jônathas nascido no Piauí, Gastão no Ceará), os motivos que os levaram a procurar a vida de militar, e a trajetória de cada um no Exército. A segunda parte, “Anatomia do golpe”, busca destrinchar os principais acontecimentos que desembocaram em 1964, mencionando as rebeliões militares da década de 1950, o espírito conspiratório próprio da vida castrense, e o despreparo do governo João Goulart frente às ostensivas maquinações para destituí-lo. Aqui os autores descrevem cada um dos conspiradores. Golbery do Couto e Silva, tido como um dos principais mentores do golpe, merece sete páginas. Na maioria dos casos, porém, Gastão e Jônathas se limitam a informar a função exercida pelos oficiais na corporação militar.

*Nas alas de cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) não circulavam “jornais, revistas, livros atualizados”. Pior ainda, “grandes eventos históricos, políticos, econômicos, passaram ao largo do espaço da AMAN, de tal forma que, ao sair aspirante em dezembro de 1956, parecia que estávamos saindo de um convento”*

A história que surge primeiro é a de Jônathas. Nascido em Floriano, ao sul do Piauí, à época uma região miserável, era mais um de uma prole de dez filhos. Pobres, mas indômitos: “O condão do destino presenteou a mim e aos irmãos com um pai e uma mãe que, mesmo sem terem frequentado uma escola, perceberam a necessidade de dar aos filhos a oportunidade de estudo que a vida lhes havia negado”, escreve Jônathas, antes de detalhar seu périplo ao lado dos pais em busca de uma escola nas cercanias de Floriano na qual pudesse ser matriculado. “Tiveram [seus pais], no entanto, a sapiência de, na sequência, empreender a aventura da travessia da catinga e do agreste, levando os filhos pequenos em cangalhas e jacás pendurados em lombo de jumento, alimentando-se de fritada de porco, feijão e rapadura com farinha, dormindo em taperas e choupanas de taipa”, relata.

Em 1952, Jônathas já cursava a primeira série do Liceu Piauiense, um colégio público, gratuito e de fama em Teresina. Bom aluno, foi instigado por um amigo a prestar o concurso para cadete do Exército. “O que é isso?” foi sua primeira reação à ideia. Mas em janeiro de 1953 lá estava Jônathas embarcando numa “maria fumaça” rumo a São Luís (MA), onde prestaria a prova para a Escola Preparatória de Cadetes do Exército de Fortaleza (EPF). Tempos depois, já de volta a Teresina, recebeu a informação de que havia sido aprovado em primeiro lugar nacional para ingressar diretamente no segundo ano do curso. Jônathas então deixa o Piauí e

a família para trás, e vai iniciar sua carreira militar na capital cearense, onde conheceria Gastão.

Este nascera e crescera em Fortaleza. Seu pai, sócio-proprietário de uma empresa de transporte de cargas, era também escritor e, por ironia, membro do Partido Comunista do Brasil, PCB. Após ser levado a uma instrução de educação física na EPF, Gastão encantou-se com o que viu, e decidiu matricular-se em um curso preparatório do ingresso na escola. Em 1952 foi aprovado, e em 1953, no segundo ano de curso, estava na mesma classe que Jônathas.

Em 1954, tendo concluído o curso na EPF, ambos ingressaram automaticamente na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende (RJ). Lá, durante três anos, foram preparados para se tornarem oficiais do Exército. Ao longo desta experiência, tanto Gastão quanto Jônathas enxergaram na natureza da Academia, mais do que a existência óbvia e ostensiva da hierarquia militar baseada em cega obediência aos superiores, traços do caráter autoritário e antidemocrático da principal corporação armada do Brasil.

O livro ressalta que “jornais, periódicos, revistas, livros atualizados sobre acontecimentos da época não circulavam dentro das alas do corpo de cadetes”. Pior ainda, observa que “grandes eventos históricos, políticos, econômicos, principalmente de 50, 54, 55 e 56, passaram ao largo do espaço acadêmico da AMAN, de tal forma que ao sair aspirante em dezembro de 1956, parecia que estávamos saindo de um convento

militar”. Conclui que “a AMAN dos anos 50 funcionava como uma redoma segregada da sociedade”, na qual “o cadete se adestrava na arte da disciplina militar, devendo obediência incondicional ao superior hierárquico, não lhe cabendo discutir a natureza da ordem, qualquer que fosse sua procedência”.

Ainda na AMAN, logo no primeiro ano, Jônathas, Gastão e outros três colegas viveram um episódio que os uniria ainda mais. Após denunciarem o roubo de uma prova que seria aplicada no curso, os cinco foram isolados e hostilizados por todos os demais cadetes, situação que perdurou por vários meses. “Hoje sabemos que esses maus colegas foram conspiradores e golpistas de 64”, escreve Jônathas, se referindo aos que cometeram o furto.

---

*Por sua trajetória “humanística” e seus comentários críticos, Jônathas acabou tachado como “esquerdista”, estigma que lhe acabaria custando caro. Após abril de 1964, desafetos internos o denunciaram à Comissão Geral de Investigação (CGI), criada para perseguir militares que não estavam alinhados ao golpe*

---



**Professor Jônathas de Barros**

Jônathas e Gastão assumiam-se como militares de esquerda. Para o primeiro, como se vê no livro, “os problemas sociais do Brasil eram de tal gravidade que o seu desenvolvimento deveria ser promovido sob um enfoque de esquerda ou de centro-esquerda, jamais sob o guante do extremismo direitista”. O segundo crescera em uma casa que servira a uma célula do PCB, o que fez com que a formação ideológica progressista lhe fosse natural.

No golpe de 1964 os dois estavam no Rio de Janeiro, mas em postos diferentes. Jônathas fazia parte da Escola de Material Bélico (EsMB), que era, nas suas palavras, um dos principais focos conspiratórios do país. Após a formatura na AMAN, em 1957, foi destacado para Salvador (BA), cidade onde começou o curso de Direito. Nesse tempo, assumiu a direção de um jornalzinho do quartel e foi acusado de “influência esquerdista” por conta de uma expressão utilizada no periódico. Em 1959, transferiu-se para o Rio de

Janeiro, onde continuou sua graduação universitária, formando-se pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1961, ingressou na EsMB, na qual exerceu a função de instrutor de oficiais e sargentos.

Por toda sua trajetória demasiadamente “humanística”, somada aos seus comentários críticos durante as discussões com colegas, Jônathas acabou tachado como “esquerdista”, estigma que lhe acabaria custando caro. Nos meses seguintes a abril de 1964, desafetos internos o denunciaram à Comissão Geral de Investigação (CGI), organismo criado para perseguir militares que não estavam alinhados ao golpe. Ele então foi interrogado, sob acusações de, por exemplo, ser “homem de confiança de João Goulart” e de ter frequentado um curso no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, criado por Juscelino Kubitschek com o fim de cooptar a intelectualidade de esquerda.

Tempos depois, no início de outubro, escutou na *Voz do Brasil* o anúncio de que havia sido reformado pelo Exército. Dessa forma, Jônathas se viu obrigado a reconstruir sua vida profissional, e partiu com sua mulher para Brasília, onde cursaria nova graduação (Física) e exerceria o magistério. Mas isso não impediu que agentes da Ditadura o perseguissem por muito tempo. Jônathas chegou a ser levado de Brasília ao Rio de Janeiro, onde ficou preso por três dias. Nos anos seguintes, sofreu com boicote de instituições acadêmicas e espionagem.

Já Gastão não chegou a ser condecorado à reserva, mas enfrentou a prisão por diversas vezes após a

eclosão do golpe. Na sequência de sua formação na AMAN, serviu em Olinda (PE), depois em Fortaleza, até ingressar em 1961 no Instituto Militar de Engenharia (IME), no Rio de Janeiro. Foi lá que, segundo diz, “iniciou seu rosário de sofrimentos”, quando no dia 31 de março de 1964, dirigiu-se juntamente com um colega ao Palácio da Guerra com o objetivo de se opor ao movimento golpista. Foram impedidos de entrar por um oficial ligado aos conspiradores. Logo no dia seguinte, foi preso em sala de aula do IME, onde permaneceu por dois dias. De lá, foi encaminhado ao navio Princesa Leopoldina, que estava atracado na Baía de Guanabara, ficando ali detido por 36 dias.

*Gastão passou à reserva em 1980, quando expandiu sua carreira acadêmica surpreendente, tal a diversidade de áreas com que se envolveu, bem como o número de instituições nas quais lecionou. “Eu gosto muito mesmo de estudar. Tenho uma biblioteca enorme em casa”, declarou. Ele lecionou na USP entre 1969 e 1992, quando se aposentou*

“Eu era acordado durante a madrugada para ser interrogado”, recordou Gastão em entrevista con-



cedida à *Revista Adusp*. Ele afirmou, porém, que não chegou a ser torturado. “Praticávamos ginástica todos os dias, como uma forma de gastar energia e manter o bom convívio entre os detidos. Foi depois desse episódio que passei a entender como funciona a cabeça de um preso. Você pode estourar a qualquer momento”, contou. Após ser libertado, Gastão ainda foi preso outras vezes. No total, ficou detido por 80 dias. A punição, no entanto, não se traduziu em afastamento da corporação, como aconteceu com Jônathas. “Acho que foi porque eu tinha formação apenas de técnico e o Jônathas, de combatente. Eu também nutria boas relações dentro do Exército, e muita gente gostava de mim”, avaliou ao comentar a “sorte” que teve.

Jônathas, ainda durante a Ditadura, foi beneficiado pela Lei da Anistia de 1979 e reintegrado à corporação, na qual depois conseguiu promoções por conta da boa classificação obtida ao longo da carreira. Enveredou pela carreira acadêmica. Tornou-se Ph.D. em Física pela Universidade de Londres, lecionou na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (onde chegou a ser pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), na Universidade de Brasília e na Universidade Federal do Piauí. Ao mesmo tempo, ingressou na política representativa, na qual, curiosamente, traçou uma trajetória de viés conservador: elegeu-se deputado federal pelo antigo PDS em 1982, passando depois por PDT, PFL, PTB e PMDB.

Daniel Garcia

**Professor Gastão de Sá Weyne**

Gastão também conseguiu promoções por mérito no Exército, até passar à reserva em 1980, quando deu continuação e expandiu sua carreira acadêmica surpreendente, que ele próprio define como “multidisciplinar”. Impressiona a diversidade de áreas do conhecimento com que se envolveu, bem como o número de instituições superiores de ensino nas quais lecionou. Na USP, formou-se e cursou a licenciatura em Matemática (1967); fez mestrado (1976) e doutorado (1984) em Engenharia Química na Escola Politécnica; tornou-se livre-docente na mesma unidade (1987), após fazer um pós-doutorado em Londres com bolsa da Fapesp; posteriormente, formou-se em Direito na São Francisco (1995), ali doutorando-se em Teoria Geral e Filosofia do Direito (2004). Em 2012, concluiu outro doutorado, desta vez em Educação Matemática, pela PUC-SP. “Eu gosto muito mesmo

de estudar. Tenho uma biblioteca enorme em casa, mal tenho espaço para colocar mais livros. Quando morrer, quero que doem tudo, talvez até para a USP”, declarou à reportagem.

Lecionou na USP entre 1969 e 1992, quando se aposentou como professor associado. Foi professor titular da Universidade Presbiteriana Mackenzie (cuja Escola de Engenharia dirigiu), da PUC-SP, da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), das Faculdades Oswaldo Cruz e da Faculdade de Medicina do ABC, bem como da Unipalmarens, instituição que atende preferencialmente jovens negros, onde ajudou a criar e coordenou o Curso de Direito.

A apresentação do seu currículo Lattes, atualizado em janeiro de 2013, encerra-se assim: “É tenente-coronel reformado do Exército e, sendo marxista, sofreu repressão durante a Ditadura Militar. Publicou mais de 20 livros, escreveu mais de 100 artigos em revistas e participou de mais de 50 congressos. Formou mais de 10 pesquisadores, entre Mestres e Doutores, na Escola Politécnica da USP. É músico (violonista), lançando diversos CDs e um álbum com 19 músicas de sua autoria, publicado pela Editora Irmãos Vitale, de São Paulo” (<http://goo.gl/2wJhiQ>). Contraditoriamente, em 2000 o professor recebeu do então Ministério do Exército a Medalha do Pacificador.

Não consta do Lattes, mas ao longo dos anos Gastão filiou-se ao Partido Progressista Socialista (PPS), que arrebanhou parte dos deserdados do antigo PCB, e virou maçom.